



Reabertura de uma pedreira ameaça território dos índios Pitaguary no Ceará

DATA DE EDIÇÃO

22/02/2016

MUNICÍPIOS

CE - Maracanaú

CE - Pacatuba

LATITUDE

-

LONGITUDE

-

SÍNTESE

Os índios Pitaguary, que residem na Terra Indígena localizada no sopé da serra entre os municípios de Maracanaú e de Pacatuba, no Ceará, têm enfrentado diversas ameaças à efetivação de seu acesso à terra. Um dos principais conflitos envolve a tentativa de reativação da pedreira Britaboa, desativada há mais de 15 anos. O empreendimento está situado dentro do território tradicional e faz parte da memória e do patrimônio cultural reivindicado pelo grupo étnico.

(FIOCRUZ, 2013).



APRESENTAÇÃO DE CASO

O povo indígena Pitaguary reside na Terra Indígena (TI) Pitaguary localizada no sopé da serra entre os municípios de Maracanaú e de Pacatuba, numa área de 1.735 hectares, na região metropolitana de Fortaleza, no estado do Ceará. A população Pitaguary, que teve os limites de suas terras reconhecidos pelo Ministério da Justiça, possui uma população de cerca 4.400 indígenas, que compõem cerca de 540 famílias residentes em quatro aldeias. No município de Maracanaú - 106,648 km² e população estimada em 2015 de 221.504 pessoas (IBGE, 2016a), estão as aldeias Horto, Olho d'Água e Santo Antônio dos Pitaguary; em Pacatuba - 131,994 km² e população estimada em 2015 de 80.378 221.50 pessoas (IBGE, 2016b), se encontra a comunidade de Monguba (FIOCRUZ, 2013; PITAGUARY, 2010).

Os Pitaguary são um dos povos da família linguística tupi-guarani, que, nos séculos XVI e XVII, fixaram-se nas costas do Ceará, após sucessivas migrações procedentes dos estados de Pernambuco, da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Hoje, os Pitaguary falam apenas o português, embora ocorra em suas escolas algum estudo de sua língua original

As principais atividades econômicas dos indígenas são as de subsistência, envolvendo a agricultura tradicional sem agrotóxicos e de maneira consorciada (cultivam algodão, milho, feijão, mandioca e jerimum, principalmente), a pesca (no açude existente dentro da TI), a coleta de frutos, como manga e caju, a caça (na mata da serra) e o artesanato. Ademais, são grandes conhecedores de plantas e ervas medicinais (FIOCRUZ, 2013; PITAGUARY, 2010).

Nos seus arredores da TI Pitaguary há uma concentração de indústrias e uma crescente urbanização o que ameaça a manutenção de sua cultura (PITAGUARY; PITAGUARY, 2014).

A localidade possui um açude, além de uma paisagem cênica belíssima, que vem atraindo diversas pessoas aos fins de semana, as quais promovem festas no local. Nos arredores do açude, um posseiro abriu a "Churrascaria do Ciço", que incentiva a maior circulação de pessoas de fora na região (GONÇALVES, 2015).

Além disso, nos últimos anos, os Pitaguary têm enfrentado

distintos ataques à efetivação de seu acesso à terra que, embora demarcada, vem sofrendo pressões judiciais que dificultam a conclusão do processo de regularização fundiária, o que evitaria a intrusão de posseiros na área (PITAGUARY; PITAGUARY, 2014).

Porém, entre os maiores e mais importantes entraves estão a utilização de áreas férteis para a produção agrícola pelas companhias de transmissão elétrica (Chesf e STN), atividade que ocasionam desmatamento, queimadas, e a exploração de rochas nas encostas das serras que limitam a TI. O desemprego de jovens e adultos é grande, agravando ainda mais a situação das famílias indígenas (PITAGUARY, 2010).

A TI do povo Pitaguary é cercada por várias pedreiras ativas, que causam diversos impactos socioambientais negativos, mas considerados de baixo impacto. Assim, a Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará (Semace) permanece autorizando a exploração mineral e licenciando as pedreiras (PITAGUARY; PITAGUARY, 2014).

O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) tem liberado as Concessões de Lavra sem realizar consulta aos povos indígenas, desconsiderando a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que prevê o processo de consulta prévia, livre e informada às comunidades indígenas sobre toda e qualquer atividade que venha afetar direta ou indiretamente suas vidas (PITAGUARY; PITAGUARY, 2014).



Tais empresas, por exemplo, são responsáveis por diversos problemas nas aldeias da Monguba e do Olho D'Água, tais como: desmatamentos, doenças respiratórias, como asma, bronquite e gripe, sendo as crianças indígenas as mais afetadas. São responsáveis ainda por rachaduras nas paredes das casas, devido às constantes explosões das rochas (PITAGUARY; PITAGUARY, 2014).

Porém, um dos principais conflitos enfrentados pelos Pitaguary residentes no distrito de Monguba (Pacatuba) envolve a tentativa de reativação da pedreira Britaboa, desativada há mais de 15 anos. O empreendimento está situado dentro do território tradicional e faz parte da memória e do patrimônio cultural reivindicado pelo grupo étnico, sendo

espaço para realização de seus rituais (PITAGUARY; PITAGUARY, 2014).

Os Pitaguary vêm lutando contra a reativação da pedreira, que prejudicaria não só os indígenas, mas toda a população residente em Monguba, haja vista que o uso de fortes explosivos põe em risco a vida de todos e causam prejuízos ao meio ambiente e à saúde (PITAGUARY; PITAGUARY, 2014).

Além de afetar a flora e a fauna locais, expor o solo a uma forte erosão, os residentes da região reclamam que as explosões de dinamite causam rachaduras nas paredes das casas, afeta os animais, e a poeira acaba com a vegetação e ocasiona problemas à saúde humana (FIOCRUZ, 2013).

Além das insatisfações dos índios, somam-se: a ausência de consulta a seu povo; contestação quanto à competência do licenciamento já que, de acordo com a resolução Conama 237/97, confere cabe ao Ibama a responsabilidade pelo licenciamento ambiental em terras indígenas. Também foram relatados pelo povo Pitaguary vários tipos de ameaças, tais como: além de visitas imprevistas de policiais às lideranças indígenas portando supostos recados dos proprietários da empresa, circulação de carros suspeitos sem permissão no interior da área indígena, tiros disparados nas proximidades, além de outras formas de intimidação (FIOCRUZ, 2013).

Por conta desse impasse, o povo Pitaguary passou a ocupar, em novembro de 2011, o terreno da pedreira, esperando por parte dos órgãos competentes um parecer final, proibindo sua reinstalação no interior da TI (PITAGUARY; PITAGUARY, 2014). Os Pitaguary reivindicam a área da pedreira como parte de seu território tradicional, devendo ser incluída na área demarcada da TI (FIOCRUZ, 2013).

Após a ocupação da pedreira em 2011, os índios Pitaguary realizaram uma série de atividades e manifestações para debater a morosidade da homologação de suas terras, sua consequente ocupação irregular e dificuldade de desintrusão. Com a continuidade de ameaça de reativação da pedreira, os Pitaguary seguiram sua agenda de manifestações e lutas, intensificando suas atividades a partir de março de 2013, quando acabou o prazo estabelecido para que os índios se retirassem da pedreira, pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região (FIOCRUZ, 2013; MOVIMENTO DE LUTA PELA TERRA, 2013).

Em 22 de março de 2013, foi realizada uma manifestação com a interdição de trecho da estrada CE-060, vizinha à TI. Cerca de 100 pessoas participaram, incluindo crianças e idosos da comunidade; e contou com apoio de estudantes universitários e representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), além de outras etnias indígenas do Ceará, como os Tapeba, Tabajara, Jenipapo-Kanindé e Tupinambá (FIOCRUZ, 2013; NARLLA, 2013).

Nesta ocasião, o coordenador Regional da Funai, Paulo Barbosa, apresentou aos presentes um documento que havia

sido entregue, no dia anterior, ao Ministério Público Federal, no qual a Semace informava que o processo de renovação da licença da empresa Britaboa, solicitada em outubro de 2012, só teria continuidade após anuência da Funai sobre o caso. Também foi anexado a este documento um laudo do Ibama atestando os impactos socioambientais da atividade mineradora (FIOCRUZ, 2013).



Em resposta, os advogados da empresa afirmaram que o terreno onde são realizadas atividades de extração não estaria incluído na reserva indígena e que os Pitaguary retomaram a área de acesso à zona de extração, o que, segundo a empresa, inviabiliza sua operação (FIOCRUZ, 2013).

Os advogados também afirmaram que a concessão existe desde 1976 - e que, mesmo com as atividades suspensas há mais de 15 anos, a licença foi sendo renovada anualmente neste período. Alegam ainda que a Funai participou do processo de demarcação das terras e que, portanto, a Semace não pode proibir o funcionamento da pedreira (FIOCRUZ, 2013).

O prazo estabelecido para que os Pitaguary deixem a área se esgotou, mas os índios defendem a manutenção de seu território, seguindo na luta pela homologação da TI e pela retomada de toda sua terra (FIOCRUZ, 2013).

Apesar da mobilização dos indígenas, em 2014 o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, sediado em Recife, concedeu uma liminar que autoriza a empresa Britaboa a explorar a área e determina a retirada imediata dos Pitaguary (PITAGUARY; PITAGUARY, 2014).

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FIOCRUZ. Pedreira da Empresa Britaboa ameaça índios Pitaguary em Fortaleza. Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil, 2013. Disponível em: <http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=431>. Acesso em: 23 dez. 2015.

GONÇALVES, Cayo Robson Bezerra. Os Pitaguary do pé da serra: etnogênese e conflitos sociais. Disponível em:

http://eventos.livera.com.br/trabalho/98-1020427_19_06_2015_15-49-16_5891.PDF. Acesso em: 23 dez. 2015.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Maracanaú (CE). Cidades@, 2016a. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=230765>. Acesso em: 29 jan. 2016.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pacatuba (CE). Cidades@, 2016b. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=230970&search=cearaalpacatuba>. Acesso em: 29 jan. 2016.

MOVIMENTO DE LUTA PELA TERRA. Carta dos Pitaguary à sociedade cearense. Site, 22 mar. 2013. Disponível em: <http://movimentodelutapelaterra.blogspot.com.br/2013/03/carta-dos-pitaguary-sociedade-cearense.html>. Acesso em: 23 dez. 2015.

PITAGUARY Ceiça; PITAGUARY Rosa. Solidariedade ao Povo Pitaguary no Ceará. Site Cedefes, 12 mar. 2014. Disponível em: http://www.cedefes.org.br/index.php?p=indigenas_detalhe&id_afro=11617. Acesso em: 23 dez. 2015.

PITAGUARY, Ceiça. Povo Pitaguary e um pouco de sua história. Site Cedefes, 27 dez. 2010. Disponível em: http://www.cedefes.org.br/index.php?p=indigenas_detalhe&id_afro=4087. Acesso em: 23 dez. 2015.

NARLLA, Hayanne. Índios reivindicam direito de terra em Pacatuba. Tribuna do Ceará, 20 mar. 2013. Disponível em: <http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/ceara/indios-reivindicam-direito-de-terra-em-pacatuba/>. Acesso em: 23 dez. 2015.